ANC
ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
002
ANC

Ulysses cuida da soberania, diz Sarney

O presidente José Sarney disse ontem ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, durante audiência no Palácio do Planalto, que o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, é responsável pelo encaminhamento do acordo para definição do que deve ser a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Ainda segundo Sarney, o papel de Sant'Anna é o de unir o PMDB, manter sua identidade e os ideais da Nova República.

Sant'Anna afirmou que o presidente Sarney lhe garantiu que não vai hostilizar parlamentares do PMDB que estejam negando apoio ao governo. "O que ele quer é unir o partido e reforçar a Aliança Democrática, especialmente o PMDB, que deve estar integrado ao governo", explicou o deputado.

O acordo para a definição do que deve ser a soberania da Constituinte, segundo Sant'Anna, caminha a passos largos e o presidente Sarney entende que terá como base a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) ao parágrafo 7º do artigo 57 que, ao dispor sobre a questão da soberania, estabelece sua competência para sobrestar atos do Executivo que impeçam seus trabalhos. O deputado Ulysses Guimarães foi escolhido pelo presidente Sarney para coordenar esses entendimentos, de acordo com o líder do governo, porque "é a figura maior do partido e tem autoridade incontestável e inquestionável sobre todas as correntes do PMDB".

O funcionamento da Câmara e do Senado é um problema interno que deve ser decidido por essas duas Casas, segundo informou o presidente Sarney ao líder do governo. Entretanto, conforme explicou Sant'Anna, o governo não pode se isolar em relação às medidas que possam afetá-lo diretamente, como a discussão da soberania da Constituinte, porque está mantido por uma Constituição em vigor.

Sant'Anna acha que o governo tem até sido muito digno no que diz respeito à Constituinte, só interferindo no caso da soberania porque não pode admitir uma intervenção brusca na continuidade de sua ação, com o perigo de uma desestabilização. O líder do governo na Câmara garantiu que não comentou, na audiência de ontem com o presidente, as declarações do deputado José Lourenço, líder do PFL, segundo as quais Sarney estaria de caneta na mão para cortar cargos no governo que estariam com o PMDB, no caso de lhe ser negado apoio.

"Prefiro pecar pela ousadia do que pecar pela omissão." Esse foi o comentário do deputado José Lourenço sobre as declarações do presidente Sarney, anteontem, negando qualquer atrito com Ulysses Guimarães. E, sorrindo, observou: "O presidente nunca me desmentiu".

Júlio Fernandes

Após encontro com Sarney, Sant'Anna diz que seu papel de líder é o de "unir o PMDB"

Centro quer isolar os 'xiitas'

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

O grupo de centro da bancada do PMDB na Constituinte, liderado pelo senador José Richa e pelos deputados Euclides Scalco, Bernardo Cabral e Fernando Gasparian, está articulando um movimento para isolar a esquerda (o grupo chamado "xiita") e a direita (cujo representante mais evidente do partido é o deputado Roberto Cardoso Alves). O primeiro passo desse grupo será eleger o senador Mário Covas líder da bancada na Constituinte, pois a atuação tanto de Luiz Henrique na liderança da bancada na Câmara quanto de Fernando Henrique Cardoso no Senado não é do agrado da maioria. "Os 'xiitas' são apenas 30 e fazem um tal barulho que parecem falar por todo o partido", confidenciou ontem um dos líderes do movimento de centro.

A estratégia do bloco intermediário entre os "xiitas" e a direita é dar mais força ao presidente José Sarney na negociação da dívida externa, que, segundo eles, é um passo histórico e decisivo na confrontação dos países em desenvolvimento com o sistema financeiro internacional. "Para o Brasil ter sucesso na confrontação, é necessário que o País todo se una em torno do governo, e isso não será possível se se adotar uma política irresponsável e provocadora, que é a desejada pelos 'xiitas', pelo PT e pelos militantes de outros pequenos partidos de esquerda, que querem evidentemente tumultuar o processo político brasileiro. Não podemos repetir a França em 1968, quando De Gaulle conseguiu desvalorizar o dólar em relação ao ouro, mas não pôde levar avante sua política de enfrentamento do sistema financeiro internacional por falta de apoio interno", disse um dos ideólogos do movimento de centro (que, aliás, participou das primeiras reuniões do grupo "xiita" ou "pró-Soberania", antes ainda de a Constituinte ser instalada).

Esse informante está preocupado com a onda de greves que o PT ameaça convocar para os próximos dias, enquanto o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, negocia lá fora. Por isso, advoga uma política mais firme do PMDB de apoio a uma política mais centrista e menos esquerdista do partido majoritário no que concerne às decisões de caráter interno. Apesar dessa preocupação, esse político, que fez parte das reuniões em que o PMDB e o governo federal discutiram a moratória, acha que esse grupo é suficientemente numeroso e forte para adotar as seguintes providências:

1 — Definir a duração do mandato presidencial em, no máximo, seis meses. Segundo o informante, que prefere, por enquanto, ficar no anonimato, o Brasil não terá força nenhuma na negociação com os credores se o sistema financeiro internacional não souber quantos anos Sarney governará.

2 — A Constituinte não fará mudanças na atual Constituição. "Se a Constituinte ficar preocupada em remendar a Constituição em vigor, perderá tempo na redação da nova Carta Constitucional. Em vez de remendar a velha, temos que redigir o mais rapidamente possível a nova", disse a fonte.

O teste de força da tese centrista na bancada do PMDB será a eleição do líder. Se Mário Covas, com a força de seus oito milhões de votos, for o indicado e conseguir conduzir a bancada —, o que Fernando Henrique e Luiz Henrique não estão conseguindo — dificilmente o balé rebelde dos "xiitas" deixará de ser apenas um "esperneio" sem conseqüências e vingará a tese que tem munido a extrema direita à extrema esquerda no Congresso: eleições diretas em 88. Só que — nem esse novo entusiasta da posição de centro pode deixar de reconhecer — a duração do mandato de Sarney depende muito mais da **performance** de sua política econômica do que das negociações no plenário da Constituinte.

Covas, candidato do centro

Luiz Henrique: má atuação

Sidney Corrêllo

Cardoso, de cara nova

Sant'Anna não percebeu malícia no parágrafo 7º

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não sou responsável por uma vírgula, sequer, do parágrafo 7º do artigo 57 do regimento da Constituinte", defendeu-se ontem o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. Ao sair de audiência com o presidente Sarney, Sant'Anna justificou que atuou na questão da soberania da Constituinte apenas como parte intermediária, entre o grupo Pró-Soberania e o governo.

Ao defender-se de acusações, segundo as quais teria sido ele um dos redatores do parágrafo 7º que permite aos constituintes modificar a Constituição atual, Sant'Anna afirmou: "Não sou responsável pelo fechamento nem pela reabertura dessas negociações. O acordo que intermediei, fiz por palavras, nada escrevi". Segundo explicações do deputado, inicialmente ficou acertado que o preâmbulo do regimento conteria um ato declaratório da soberania.

Foi o deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), segundo Carlos Sant'Anna que, durante reunião na qual foi examinado um texto curto, que seria o ato declaratório, defendeu o argumento segundo o qual um simples ato não seria suficiente, levantando a necessidade de ser instrumentalizada essa decisão. Prevaleceu, então, de acordo com o líder da maioria, que era preciso um artigo para definir a soberania da Constituinte. Daí, o grupo Pró-Soberania pediu tempo para preparar um parágrafo, o sétimo, apresentando-o em outra reunião, à tarde, datilografado em folha avulsa, lido em voz alta pelo senador Fernando Henrique Cardoso (líder do PMDB no Senado), do documento foram tiradas cópias e distribuídas entre os presentes, dentre eles Carlos Sant'Anna.

"Se alguma falha houve de minha parte, foi não ter percebido a sutileza do parágrafo, porque não tenho treino para sutilezas de redação jurídica, para perceber de imediato que o que estava escrito não combinava com o acordo verbal", argumentou o deputado. Aliás, segundo Sant'Anna, somente quatro horas depois de apresentado o parágrafo é que ele foi advertido para a redação jurídica, inclusive pelas lideranças do PFL. Sant'Anna ainda informou que, tão logo recebeu uma cópia do texto preparado pelo Pró-Soberania, fez com que ela chegasse ao Palácio do Planalto, através do Gabinete Civil.

DOIS TEXTOS

É mesmo de autoria do deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), um dos líderes do grupo Pró-Soberania, o texto original do parágrafo 7º do artigo 57 da proposta de regimento interno permanente da Assembléia Nacional Constituinte, que gerou a reação do PFL e do PDS contra a aprovação do regimento, há duas semanas, e o quase rompimento da Aliança Democrática.

O texto original de Nélson Jobim, 41 anos, advogado de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é bem diferente daquele que foi apresentado pelo relator do regimento, Fernando Henrique Cardoso, mesmo porque o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acrescentou, de última hora, uma frase que alterou em muito o sentido inicial.

O texto apresentado por Jobim a Fernando Henrique Cardoso, ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e aos membros do grupo Pró-Soberania, pouco antes da redação do primeiro dos dois substitutivos ao regimento, garantia o recurso ao plenário sobre projetos de decisão que fossem rejeitados pela Comissão de Sistematização. Era o seguinte o texto original de Nélson Jobim:

"Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância à Assembléia, não compreendidas nas hipóteses anteriores, e necessitando de um sexto (94) dos constituintes e serão submetidas a parecer da Comissão de Sistematização, cabendo a decisão final ao plenário por maioria absoluta dos seus membros".

O texto de Fernando Henrique Cardoso, com o acréscimo feito na parte final por Ulysses Guimarães, é o seguinte: "Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoiamento de um terço (187) dos constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário". Posteriormente, ao redigir o segundo substitutivo, Fernando Henrique Cardoso colocou a possibilidade de decisão final pelo plenário, por maioria absoluta (280 constituintes) e em dois turnos de votação.

Brito é contra funcionamento do Congresso

O deputado Antônio Brito declarou ontem, em nome da liderança do PMDB, que quem defende o funcionamento normal da Câmara e do Senado está querendo dar um golpe na Constituinte. Na sua opinião, se houver o funcionamento simultâneo e regular da Câmara, do Senado e da Constituinte, não haverá uma nova Constituição, mas uma simples reforma da Carta de 67.

Ao ser informado da posição da liderança do PMDB, o líder do PFL, José Lourenço, não se pertubou: "O livro que o Brito leu eu também já li. É este aqui, 'O Assalto ao Parlamento', de Jan Kozak. Há no livro, sobre a crise na Checoslováquia, um capítulo muito oportuno sobre como conciliar a pressão das cúpulas com as pressões das bases, para a ação revolucionária do Parlamento". O livro está sobre a mesa de Lourenço, com vários trechos assinalados.

Segundo Brito, o PMDB ainda está disposto ao entendimento com o PFL, mas sem abrir mão de pontos essenciais: participação popular na Constituinte, com aceitação de propostas subscritas por 30 mil eleitores; prioridade para os trabalhos da Constituinte, com o funcionamento da Câmara e do Senado somente para apreciação de matérias relevantes; soberania da Constituinte, com adoção de medidas para proteger e garantir suas decisões; **quorum** de maioria simples nas comissões e subcomissões; e definição no regimento interno do processo de plebiscito sobre o projeto de Constituição. José Lourenço admite o entendimento, mas com ressalvas: "Se houver intransigência, vamos para o confronto no plenário voto a voto. Até que não seria ruim".

Segundo Brito, está difícil conhecer a posição do PFL, pois o líder José Lourenço muda de opinião a cada dia que passa. E exemplificou: José Lourenço, que agora não aceita a participação popular na elaboração da nova Carta, é autor de emenda reduzindo de 30 mil para cinco mil o número de assinantes de cada proposta. E insistiu em que é necessário definir no regimento interno medidas que garantam os trabalhos e as decisões da Constituinte, para evitar, por hipótese, que uma eventual decretação de medidas de emergência em Brasília impeça o funcionamento normal das atividades constituintes.

Quanto ao funcionamento da Câmara e do Senado, Brito lembrou que há brechas no substitutivo Fernando Henrique Cardoso que permitem a realização de sessões das duas Casas não coincidentes com os trabalhos da Constituinte, às segundas e sextas-feiras à tarde, ou todos os dias à noite, se houver necessidade. José Lourenço, por seu lado, esclareceu que não está defendendo a realização de sessões diárias da Câmara e do Senado, mas não concorda com a idéia de deixar o Legislativo inativo. Os constituintes estão sendo convocados para nova votação, dia 9.

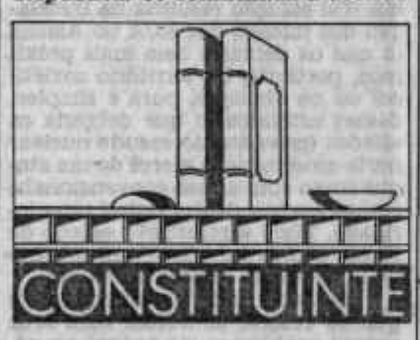
Viajar, só com mandato definido

AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney quer uma definição da Assembléia Nacional Constituinte a respeito do período de duração de seu mandato antes da próxima viagem que fará ao Exterior, prevista para o final de maio. Sarney alega que tal decisão é necessária, no plano interno, para a estabilidade da própria Constituinte e, no plano internacional, para dar maior segurança e força ao governo, quando da negociação da dívida externa.

A declaração do presidente Sarney foi feita anteontem à noite no Palácio da Alvorada, ao receber o líder do PFL, José Lourenço; seu secretário-geral, Saulo Queiroz, e um deputado muito ligado a ele, Jaime Santana (MA), em quem votou, em 1985, para prefeito de São Luís. Imediatamente, Saulo decidiu-se por um contragolpe contra o PMDB. Se o projeto de regimento da Constituinte for aprovado na forma do parecer do relator Fernando Henrique Cardoso, no dia seguinte ele começará a recolher assinaturas para um projeto de decisão que fixa em seis anos o mandato do presidente Sarneu.

Com isso, segundo os liberais, Sarney arrebatará de inimigos próximos ou remotos uma arma sempre usada contra ele: a convocação das eleições diretas para presidente da República. Se confirmada a decisão



de Sarney, ele estará rechaçando a crítica que lhe fazem políticos muitos chegados, de que o governo está andando a reboque dos acontecimentos, ao invés de comandá-los. Reclamando da Constituinte a decisão sobre a data de eleição de seu sucessor, passará à frente dos fatos, destruirá as acusações feitas pelo governador do Rio, Leonel Brizola, de que quer exercer um mandato de seis anos, e manterá a sintonia com pensamento do ex-presidente Tancredo Neves, para quem tal matéria deveria ser definida pelo plenário da Constituinte.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), discordando frontalmente da posição do ministro Marco Maciel — que defende e dá como certo e legal o mandato de seis anos do presidente Sarney —, disse ontem, em Recife, ser juridicamente viável a redução do mandato presidencial pela Assembléia Nacional Constituinte.

Maurílio frisou que o momento oportuno para se alterar o mandato de Sarney será por ocasião da redação das "disposições transitórias" pela atual Constituinte, o que deverá acontecer até o final do ano. Acrescentou que acha que em 88 deveriam acontecer não apenas as eleições municipais, mas a presidencial e também eleições para deputado e senadores.

Deputados rejeitam audiência curta

SALVADOR
E AGÊNCIA ESTADO

Os deputados estaduais da Bahia recusaram a audiência que o presidente José Sarney lhes concederia amanhã, no aeroporto Dois de Julho, antes de embarcar para Brasília. O encontro foi cancelado por desentendimentos entre a assessoria do Palácio do Planalto e os deputados baianos. Os auxiliares do presidente haviam previsto um contato breve, de dez minutos, no máximo. Já os deputados queriam que a reunião fosse promovida logo que Sarney chegasse de Aracaju, porque assim o presidente teria mais tempo para receber deles e de representantes das classes produtoras um documento sobre as conseqüências da seca, do racionamento de energia e das altas taxas de juros para a economia do Estado.

O presidente Sarney estará em Salvador para inaugurar a Fundação Casa Jorge Amado. Os deputados alegam que, antes da solenidade, ele terá duas horas e cinco minutos de sua agenda em aberto e assim poderia ceder um pouco mais de tempo para se inteirar dos problemas locais. Decepcionados com o que classificaram de "desapreço de Sarney para com a classe política baiana", os parlamentares criticaram o líder do governo, Carlos Sant'Anna, que, segundo eles, não tem prestígio sequer para marcar uma audiência do presidente com representantes de seu próprio Estado.

Para o presidente da Assembléia Legislativa, Coriolano Sales, depois do cancelamento da audiência não há mais dúvidas: "A visita é do PFL. O presidente quer deixar claro que vem a convite e para prestigiar o governador João Durval, do PFL, que foi derrotado nas últimas eleições com uma diferença de um milhão e meio de votos". Já o deputado federal Jorge Hage disse que "Sarney ainda não tomou conhecimento do resultado das eleições de novembro na Bahia", e advertiu que "não é uma boa tática política prestigiar governos derrotados pelo povo às vésperas de deixar o poder". O deputado garantiu que é consenso na bancada federal do PMDB baiano que a visita de Sarney a Salvador é "inoportuna".

O presidente Sarney estará hoje em Sergipe, onde vai assistir à cerimônia de assinatura de contrato para construção do porto do Estado, inaugurar a nova cidade de Canindé de São Francisco e o projeto de irrigação Califórnia. Ele chegará a Canindé às 14h15, procedente de Aracaju, devendo permanecer até as 17 horas. Em seu discurso, Sarney destacará o fato de o projeto de irrigação beneficiar 1.400 hectares de terras numa primeira fase, auxiliando 340 famílias. A sede do município foi transferida do antigo lugar onde agora será construída a hidrelétrica de Xingó.

Sarney pernoitará em Aracaju, embarcando amanhã, às 8h25, para Salvador, onde cumprirá uma agenda cultural: além de inaugurar a Fundação Casa Jorge Amado, terá contatos com artistas e intelectuais. Ele retorna a Brasília às 15h40 do sábado.

Passarinho teme atraso por causa do regimento

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, advertiu ontem que os prazos estimados para a elaboração constitucional poderão ser sensivelmente dilatados "e não haverá surpresa se em setembro ao invés da promulgação da nova Constituição se consiga votar o seu regimento interno".

Com sua votação prevista para a próxima terça-feira, dia 10, em sessão já convocada pelo presidente Ulysses Guimarães, nada indica, segundo o senador, que os entendimentos estejam sacramentados e que não surjam problemas.

"Não há, pelo regimento em vigor, nada que impeça os seguidos pedidos de verificação de número, aferidos em demoradas votações nominais. Ora, se as coisas se passam desta forma e também os pedidos de destaque devem ser votados nominalmente, nada impedindo que eles sejam requeridos em profusão, não há como se prever que o regimento interno seja votado a curto prazo."

Passarinho reafirmou o descontentamento de seu partido com o tempo para as comunicações de liderança — 3 minutos, tendo uma bancada de 37 constituintes, o mesmo tempo que o PT, com 16 constituintes, PTB, com 18 e PDT com 24 — sustentando ter sido o PDS o mais prejudicado de todos os partidos, à luz de um critério de proporcionalidade entre o número de congressistas e a capacidade de protagonização em plenário, o que pode ser facilmente aferido por uma simples regra de três.

O presidente do PDS lembrou que qualquer acordo em torno do regimento interno que vai reger o funcionamento da Constituinte deverá ser muito preciso para que esta não exorbite de suas prerrogativas específicas e termine, entre outras violências, reduzindo o mandato do presidente da República. Segundo Passarinho, este mandato é de seis anos e somente poderia ser encurtado com a prévia concordância de Sarney, sem o que estaria configurado um golpe de Estado, "um golpe branco, dado pelo Congresso, mas ainda assim um golpe".

Mordomia e moratória, a estranha fusão

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, estava ontem com o recorte de uma notícia de O Estado de S.Paulo em cima de sua mesa, para mostrar aos jornalistas "a ironia da situação: o ministro Funaro viajando no único jatinho do governo suíço, enquanto no Brasil o governo possui dúzias de aviões a jato, de todos os tamanhos".

"Vejam como é," disse o deputado "O País que vai pedir dinheiro esbanja em aviões, enquanto o país solicitado só possui um pequeno aparelho a jato...".

O líder pedessista tinha também em sua mesa outro recorte, este do Diário Oficial da União. Ali estava publicada a informação sobre convênio assinado entre a Empresa Brasileira de Notícias — EBN — e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Novacap, para a construção da futura sede da EBN, em Brasília, por um custo estimado em 250 milhões de cruzados, "podendo este valor ser aditado, desde que necessidades o justifiquem".

"O País, acrescentou Amaral Neto, atravessa a mais grave crise da sua História. É obrigado a decretar uma moratória de conseqüências imprevisíveis, mas as empresas estatais continuam construindo sedes. São 250 milhões que irão nessa obra. Na verdade, muito mais, porque, como diz o convênio, esse valor poderá 'ser aditado'. E sabem de quem vai ser o projeto? Certamente do Niemayer. Tudo sem concorrência".

Senador acha que o PMDB sairá dividido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador João Paulo Bisol (PMDB-RS) reconheceu ontem que as divergências ideológicas existentes no seu partido poderão resultar em prejuízos irreversíveis. Na sua opinião, o antagonismo evidente entre progessistas e conservadores levará o PMDB a um "racha" durante os debates da Constituinte. Depois de considerar que as esquerdas do PMDB estão próximas, ideologicamente, das posições do PT, o senador acrescentou: "Eu, pessoalmente, não tenho receio de dizer que me identifico muito com a ideologia do Partido dos Trabalhadores".

Para Bisol, os conservadores não desejam uma Constituinte soberana, mas apenas uma "regulagem constitucional". Para justificar a tese de que os constituintes têm poder para modificar a atual Constituição, ele disse que, "do contrário, seria aceitar um poder constituído sobrepor-se à Constituinte".

A gradual perda de poder do PMDB para o PFL, no processo de tomada de decisões em geral e na Constituinte em particular, foi enfatizada ontem pelo senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), para quem "ou o nosso partido mostra que tem mais de 50% dos votos na Constituinte, ou assistiremos passivamente a nosso fracasso diante do PFL". Jutahy disse ainda que o PFL, com o apoio de pessoas de fora do Congresso, tem jogado na divisão do PMDB, e tem conseguido êxito na manobra.